

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresce 5,3% em fevereiro e chega a recorde de R\$ 148,7 bi..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores do BC anunciam greve a partir de sexta..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve no BC pode impactar até fiscalização do sistema..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Servidor terá novo prazo para mudança em aposentadoria..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Especialistas têm dúvidas sobre regras do teletrabalho..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Home office com regras: MP organiza normas para o teletrabalho..... 11

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado acima de 65 anos tem isenção no IR; saiba como funciona (Imposto de Renda)
..... 13

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: concessão de benefício chega a demorar mais de 5 meses..... 14

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Senado pode votar hoje projeto que obriga aposentado a arcar com perícia do INSS..... 16

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1ª EDIÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS autoriza bancos a ampliar para 40% margem do consignado de aposentados..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
SERVIDOR PÚBLICO

Talibã impede afegãs de viajarem desacompanhadas..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Para 68%, combustível caro é responsabilidade do governo..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Ato do PL foi aperitivo do horário eleitoral - ANDREA JUBÉ..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução do IPI retira R\$ 6,9 bilhões da saúde e da educação (Artigo)..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

Bolsonaro quer colocar comandante do Exército na Defesa.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
O preço do patrimonialismo (Editorial).....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Indústria destoa no cenário global e é uma das que menos crescem.....	29
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Quais são as 5 moedas mais desvalorizadas do mundo em relação ao dólar?.....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Na Petrobras, general sai e economista entra.....	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Na direção contrária à do BC.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pandemia infla casos de depressão e ansiedade, diz médica.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Importação de combustíveis pelo país recua em janeiro.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Bolsonaro decide demitir presidente da Petrobras.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Taxa de investimento ensaia recuperação tímida e incerta (Editorial).....	38

Arrecadação federal cresce 5,3% em fevereiro e chega a recorde de R\$ 148,7 bi

Idiana Tomazelli *brasil*

A **Receita Federal** registrou uma arrecadação de R\$ 148,7 bilhões no mês de fevereiro, o que representa um crescimento de 5,27% na comparação com igual mês de 2021, já descontada a inflação.

Esse é o melhor resultado para o mês na série histórica atualizada pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), iniciada em 1995. Ainda assim, o dado representa uma desaceleração em relação ao mês de janeiro, quando a arrecadação cresceu 18%.

Segundo a Receita, a alta nas receitas em fevereiro vem da melhora na atividade econômica na comparação com um ano atrás -com mais vendas em serviços e maior valor em dólar das importações.

Com o desempenho, a arrecadação acumula uma alta real de 12,92% no primeiro bimestre do ano. O resultado soma R\$ 384 bilhões.

O desempenho favorável das receitas tem levado o governo a revisar suas projeções para o ano de 2022. Na terça-feira (22), o Ministério da Economia cortou sua projeção de déficit para o ano para R\$ 66,9 bilhões, mesmo com cortes de tributos anunciados recentemente.

Na previsão para o ano, houve um crescimento de R\$ 87,5 bilhões na projeção de arrecadação, puxado principalmente pelo maior volume de receitas com royalties de petróleo (alta de R\$ 38,6 bilhões), dividendos de empresas estatais (acréscimo de R\$ 12,9 bilhões) e concessões (aumento de R\$ 11,2 bilhões).

Desse incremento, aproximadamente R\$ 42 bilhões serão apropriados pela União. O restante é repartido com estados e municípios.

No mês de fevereiro, a Receita registrou uma alta real de 6,7% com PIS/Cofins, somando R\$32 bilhões. A principal explicação, segundo o órgão, é o crescimento no volume de serviços consumidos por famílias e empresas no mês passado.

"A venda de serviços vem apresentando resultados positivos, apesar de a taxa de crescimento ser menor em relação ao ano anterior" disse o chefe do Centro

de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias.

Apesar do cenário favorável nas receitas, economistas têm afirmado que a melhora é influenciada pela inflação. Embora o resultado das receitas seja corrigido pelo IPCA, boa parte dos números escapa desse ajuste. A inflação de 2021 ficou em pouco mais de 10%, mas os preços da gasolina, por exemplo, subiram 47,49%.

Malaquias, por sua vez, ressaltou que os dados da arrecadação ainda não refletem as recentes desonerações feitas pelo governo federal, pois boa parte dos dados de fevereiro diz respeito a fatos geradores ocorridos em janeiro.

Dessa forma, o técnico explicou que as medidas devem começar a ser percebidas a partir do mês de março.

Duas desonerações são mais significativas. Em fevereiro, Bolsonaro assinou um decreto que promoveu um corte linear de 25% nas alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), medida que tem um impacto de R\$ 21,1 bilhões, sendo praticamente metade disso na arrecadação federal. O restante é subtraído dos cofres estaduais.

Em março, o Congresso aprovou e o presidente sancionou mudanças na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis. O texto também zerou as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação. O impacto é de R\$ 14,9 bilhões em 2022, porque a medida começou a valer apenas no mês de março.

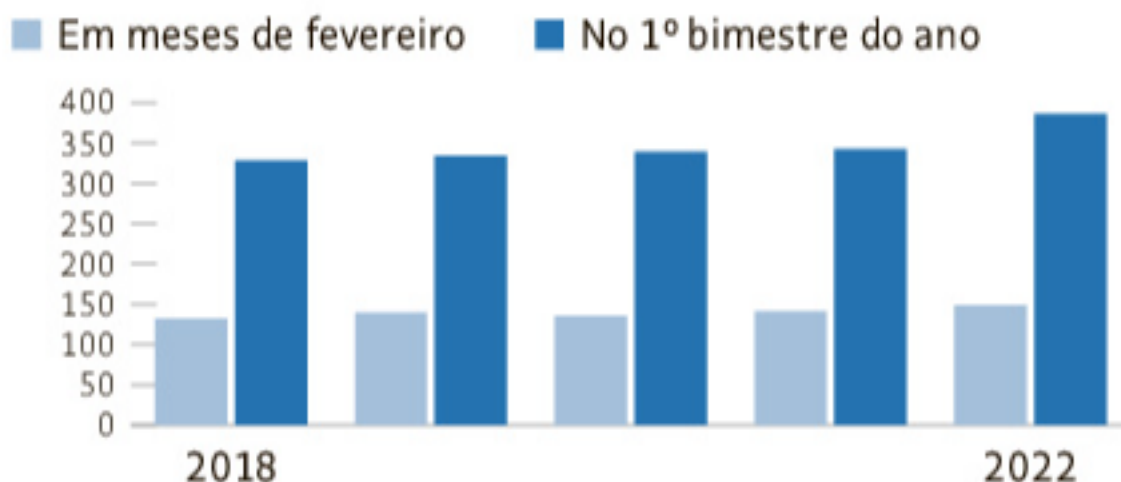
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49864>

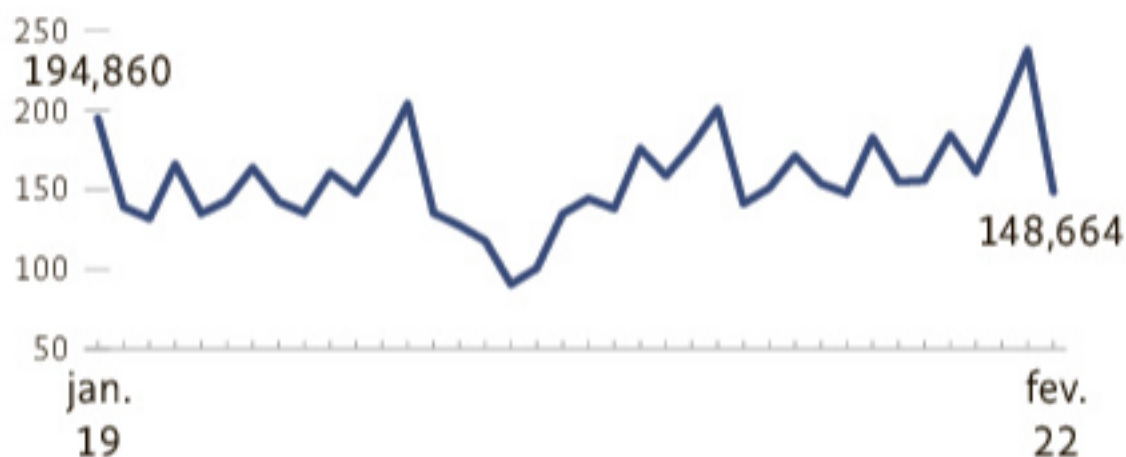
Arrecadação recorde

Receitas em fevereiro têm alta de 5,27% ante igual mês de 2021, já descontada a inflação

Arrecadação, em R\$ bilhões



Arrecadação mês a mês, em R\$ bilhões



12,92%

É a alta real das receitas federais no primeiro bimestre do ano

Fonte: Receita Federal

Servidores do BC anunciam greve a partir de sexta

GUILHERME PIMENTA ANTONIO TEMÓTEO BRASÍLIA

Os servidores do Banco Central (BC) aprovaram em assembleia realizada ontem greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira. A categoria cobra do governo reajuste salarial de 26,3% e a reestruturação das carreiras. Dos quase 1,6 mil servidores que participaram da deliberação, 82% votaram pela paralisação total das atividades. Um analista do BC recebe, em média, R\$ 26,2 mil por mês.

Como consequência da greve dos servidores do Banco Central, o lançamento de novos serviços do Pix será suspenso, segundo apurou o Estadão/ Broadcast. O projeto de criação do real digital também será afetado. A informação foi confirmada à reportagem por três servidores do órgão.

Segundo um deles, uma carta dos servidores dos departamentos de Tecnologia da Informação e do Pix será enviada para a diretoria com as informações.

Os serviços de transferência e pagamento do Pix continuarão funcionando, explicaram os técnicos. Até o fechamento desta edição, o BC não se pronunciou sobre a greve.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, havia desistido de participar de um evento ontem, em Campo Mourão (PR), para acompanhar de perto a mobilização dos servidores da autarquia. Ele chegou a se reunir com representantes dos servidores na noite de sábado.

Os trabalhadores cobraram dele um posicionamento do governo sobre a possibilidade de reajuste salarial. Mas Campos Neto não apresentou uma oferta de aumento.

O movimento no Banco Central foi deflagrado após o presidente Jair Bolsonaro anunciar, no fim do ano passado, que daria reajustes este ano somente para policiais rodoviários e federais.

PARADAS DIÁRIAS. Os servidores do BC fazem paralisações diárias de quatro horas, das 14h às 18h, desde 17 de março.

As paralisações já atrasaram divulgações como a

Pesquisa Focus, o resultado do Questionário Pré-Copom e o fluxo cambial, além da apuração diária da ptax (taxa de câmbio).

Campos Neto enviou um ofício ao Ministério da Economia solicitando que os servidores da autarquia recebessem reajuste caso o governo decida conceder aumento a outras categorias.

Questionado pelo Estadão/ Broadcast na quinta-feira passada, o presidente do BC deixou claro que a autoridade monetária tem "esquemas de contingência" para continuar funcionando caso o movimento evolua para uma greve geral dos servidores.

Com a operação-padrão dos servidores, o BC informou que não divulgará esta semana as estatísticas econômico-financeiras de fevereiro. A assessoria da autoridade disse que as datas de publicação serão divulgadas "oportunamente".

Arrecadação é recorde em fevereiro com royalties do petróleo

Impulsionada pelo crescimento real (descontada a **inflação**) de 79,77% da receita de royalties de petróleo, a arrecadação federal somou R\$ 148,664 bilhões em fevereiro.

Segundo os dados divulgados ontem pela **Receita Federal**, o valor arrecadado em fevereiro foi o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Apesar do recorde, em comparação a janeiro de 2022, houve uma queda real de 37,46% no recolhimento de **impostos**.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, auditor- fiscal Claudemir Malaquias, afirmou que a arrecadação do Imposto de Renda sobre rendimentos de capital, que registrou alta de 57,8% em fevereiro, explica parte do crescimento geral das receitas do governo.

Além de impulsionar o pagamento de royalties, o aumento no preço do petróleo contribuiu para o crescimento da arrecadação de **impostos**. Os dados da Receita mostram alta de 149% nos **impostos** pagos pelo setor de combustíveis no primeiro bimestre e 73% na extração de minerais metálicos.

Em 2021, arrecadação de **impostos** e contribuições federais fechou o ano em R\$ 1,878 trilhão, o melhor resultado da série histórica.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Greve no BC pode impactar até fiscalização do sistema

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177?page=2§ion=4

Servidor terá novo prazo para mudança em aposentadoria



Protesto de servidores na frente da sede do BC, em janeiro Pedro Ladeira - 18.jan.22/Folhapress

IdianaTomazelli e Fábio Pupo *brasil*

Na tentativa de aplacar as demandas por reajustes salariais no funcionalismo em ano eleitoral, o governo Jair Bolsonaro (PL) vai reabrir o prazo para que servidores federais que ingressaram na carreira até 2013 possam mudar seu regime de aposentadoria e aderir ao Funpresp, fundo de **previdência complementar** -com parte da contribuição bancada pela União.

A migração é vantajosa para o governo, porque acelera a redução do número de servidores com direito ao benefício integral, acima do teto do **INSS** (hoje em R\$ 7.087,22), pago com recursos públicos.

Integrantes da equipe econômica ouvidos pela Folha argumentam que a mudança de regime também pode ser benéfica para os servidores, uma vez que as contribuições descontadas do salário tendem a cair -deixando uma parte maior da remuneração livre para gastos pessoais.

Hoje, funcionários que fazem parte do regime próprio da União pagam contribuições que chegam a 22% sobre a remuneração, quando o salário é maior que R\$ 47.333,46. As alíquotas crescentes para o funcionalismo foram estipuladas na reforma da Previdência, que entrou em vigor no início de 2019.

Em troca, ele assegura no futuro um benefício no valor equivalente ao salário -muitas vezes próximo do teto do funcionalismo (hoje em R\$ 39,2 mil). Esses valores de contribuição podem superar R\$ 4.000.

Com a migração, o servidor passa a pagar duas contribuições, uma sujeita ao teto do **INSS**, de R\$

7.087,22 (ou seja, o pagamento será de no máximo R\$ 828,38), e outra, ao Funpresp.

A contribuição complementar incide sobre a parcela do salário que supera o teto do **INSS**. Ou seja, se o servidor ganha o teto do funcionalismo, a alíquota da Funpresp é cobrada sobre aproximadamente R\$ 32,1 mil.

O servidor pode escolher entre três alíquotas: 7,5%, 8% ou 8,5%. Assim que ele optar pela contribuição, a União entra com um pagamento da mesma magnitude. Na **previdência complementar**, há uma espécie de conta individual do segurado, e, quanto maior for sua poupança, maior será o benefício no futuro.

A lei prevê que o servidor que faz a migração tem direito à aposentadoria pelo regime próprio da União (mas sujeito ao teto do **INSS**), à aposentadoria complementar pela Funpresp e a um benefício especial, pago pelo governo, para compensá-lo pelas contribuições maiores já recolhidas até hoje.

Parte dos integrantes defende a medida como uma forma, ao lado da elevação de benefícios (como o vale-alimentação), de oferecer aos funcionários públicos alternativas aos reajustes. Outros, no entanto, afirmam que as demandas por maiores salários não vão parar.

A decisão sobre valer ou não a pena migrar vai depender das condições de cada servidor.

Um funcionário público que hoje ganha R\$ 25 mil mensais e integra o regime antigo de aposentadoria paga R\$ 3.700 de contribuição. Com a migração, o pagamento máximo cairia a R\$ 2.350, já somando os recolhimentos ao regime próprio da União e à Funpresp.

Além do valor da contribuição, no entanto, será preciso avaliar a perspectiva de benefício a ser obtido no futuro com a **previdência complementar**.

A oportunidade é dada àqueles que ingressaram até 2013 porque a partir desse ano todos os novos concursados já ingressaram no novo regime, que prevê aposentadoria pelo teto do **INSS** e complementação pela Funpresp.

Funcionários do BC farão greve; Planalto teme impacto no Pix

Por reajuste salarial e reestruturação de carreira, os servidores do Banco Central vão entrar em greve por tempo indeterminado a partir de 1º de abril.

A decisão foi aprovada em assembleia nesta segunda (28), com o apoio de mais de 90% dos 1.300 servidores da ativa que participaram da deliberação, segundo o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

A autoridade monetária não havia se pronunciado sobre o assunto até a publicação deste texto.

A aprovação da greve acendeu um alerta no Planalto. Fontes ouvidas pela Folha relatam temor de que a paralisação comprometa a atividade do BC -sobretudo as operações de câmbio e o Pix.

A pressão começou após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter acenado com reajustes aos policiais federais, categoria que compõe sua base de apoio.

Os servidores do Banco Central querem um reajuste salarial de 26,3%. No banco, analistas recebem um salário bruto que vai de cerca de R\$ 19 mil a R\$ 27 mil, enquanto a remuneração de técnicos varia em torno de R\$ 7.500 a R\$ 12,5 mil. Entre os pedidos prioritários relativos à pauta não salarial, os funcionários pedem a mudança da nomenclatura de analista para auditor, por exemplo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

64

Especialistas têm dúvidas sobre regras do teletrabalho

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br **BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Home office com regras: MP organiza normas para o teletrabalho

Maria Eduarda Angeli*

O governo publicou, na segunda-feira (29/3), medida provisória que estabelece novas normas para o teletrabalho na pós-pandemia. O conjunto de normas possibilitará a adoção pelas empresas, definitivamente, do modelo híbrido e do trabalho por produção. Vai beneficiar, prioritariamente, funcionários portadores de deficiência ou com filhos de até quatro anos de idade.

O novo regramento tem aplicação imediata, a partir do momento da publicação da MP, que deverá ser votada pelo Congresso em até quatro meses. De acordo com o texto do governo federal, será permitido que o empregado seja contratado com base na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), mas com possibilidades mais abertas, como a dispensa do controle de ponto. Fica definido, também, que mesmo que o trabalhador precise comparecer ao estabelecimento da empresa para a qual presta serviço, o teletrabalho pode ser adotado.

No caso do trabalho sem controle de ponto, a contratação é por produção, que é quando o empregado não é obrigatório cumprir horários fixos. O funcionário deve apenas apresentar os resultados exigidos pelo empregador e se enquadrar nas demais regras da CLT. Para a contratação por jornada, o tempo de atividade do trabalhador pode ser monitorado pela empresa, propiciando o pagamento de horas extras.

Outro destaque da MP é a inclusão de aprendizes e estagiários na modalidade de teletrabalho, além da possibilidade de que o empregado preste serviço de um local diferente de onde foi contratado. A medida salienta, ainda, que a responsabilidade das despesas de retorno ao trabalho presencial, se solicitado, são do contratante.

Exceto por extraordinários acordos entre empregador e empregado, o tempo de uso de equipamentos tecnológicos, softwares, ferramentas digitais ou aplicativos de internet além dos horários definidos como jornada de trabalho não devem contar como sobreaviso - quando o funcionário fica à disposição da empresa mesmo em seu período de descanso.

Segurança

Segundo o professor de Economia do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Giacomino Balbinotto, um ponto fundamental é que, independentemente de ser trabalho presencial ou home office, isso não implica perda de salários ou direitos trabalhistas. O mesmo vale para as obrigações junto ao **INSS**.

Para ele, a expectativa é de que a decisão aumente a demanda por mão de obra principalmente naqueles indivíduos que sejam mais adaptados a trabalhos de escritório ou consultoria.

Alimentação lidera abertura de empresa

Serviços de alimentação, beleza, comércio de confecções, reparos e manutenção de prédios e instalações elétricas lideraram ranking dos setores de empresas que ingressaram no mercado em 2021. Isso é o que aponta um estudo da Serasa Experian sobre nascimento de empresas, divulgado ontem. Juntos, os quatro setores responderam por 25% de mais de 4 milhões de novas companhias.

No topo do ranking estão os serviços de alimentação, com 8,7% das empresas abertas. Nos últimos anos, os serviços que lideram a abertura de empresas são de baixíssima complexidade. Isto é, os prestadores não precisam ter diploma para executá-los, explica o economista da Serasa, Luiz Rabi. Mas, segundo ele, isso acende um sinal de alerta.

O fato de a ocupação da mão de obra crescer na prestação desses serviços resolve o problema de sobrevivência das pessoas no curto prazo. No entanto, Rabi acredita que isso é ruim para economia como um todo a médio e longo prazos. "Essas atividades são de baixa complexidade e geram menor produtividade e crescimento", diz o economista.

A administradora de empresas Jeniffer Damarys Bedia, de 35 anos, que já trabalhava numa multinacional, mas em home office, viu o seu tempo disponível se multiplicar com o isolamento social. Para preencher as horas vagas, a mineira, que adora cozinhar, enviou uma cesta de café da manhã para um amigo que fazia aniversário. Ele postou a foto nas redes sociais e a tia do colega pediu 10 cestas.

O hobby virou um negócio, primeiro informalmente. Mas, em 2021, Jeniffer se transformou em Microempreendedora individual (MEI). "Com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), consigo negociar preço melhor com fornecedores", explicou. Hoje, com as cestas e tábuas de frios e queijos, adicionar 50% à renda que obtém do emprego formal. Foi um negócio que surgiu como empreendedorismo de oportunidade. "Quero crescer, mas sem sair da minha profissão", esclareceu.

Já a ex-vendedora de shopping Aline Viterbo, de 30 anos, que cursou até o ensino médio, decidiu empreender por necessidade. Após o nascimento da filha, ela viu que precisava de horário flexível. Em janeiro de 2020, Aline fez um acordo e deixou a loja. Em agosto, iniciou um curso de micropigmentação de sobrancelhas e começou atender amigas e conhecidas na sala de casa.

Os atendimentos deram tão certo que, em julho de 2021, ela alugou uma sala e formalizou a empresa, que leva seu nome. Aline queria ter o próprio negócio, mas admite que era algo distante.

Saldo

Em 2021, o número de empresas fechadas foi menor do que o de empresas abertas. Dados do Ministério da Economia mostram que 1,41 milhão de companhias deixaram de funcionar, volume 35% maior ante 2020. Mesmo assim, o saldo de 2,6 milhões de novas empresas abertas em 2021 também foi recorde.

Mas diante da alta da **inflação**, dos juros e do baixo crescimento da economia, a vida das empresas não está fácil. "O endividamento é preocupante, chega a 5%, praticamente o dobro dos níveis históricos", afirma o consultor Luís Alberto Paiva, sócio da Corporate Consulting, especializada em reestruturação de companhias.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4996558-home-office-com-regras-mp-organiza-normas-para-o-teletrabalho.html>

Aposentado acima de 65 anos tem isenção no IR; saiba como funciona (Imposto de Renda)

Cristiane Gercina

Aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Serviço Social) e de regimes próprios de estados, prefeituras e do distrito federal têm direito à uma isenção especial no Imposto de Renda a partir do mês em que completam 65 anos.

A parcela extra de isenção corresponde a um desconto de R\$ 1.903,98 na renda tributável que o segurado recebe do **INSS** ou de outros regimes por mês. A regra vale para benefícios pagos por previdências oficiais. Previdência privada e salário não têm o mesmo desconto.

No ano, o aposentado a partir de 65 anos pode deduzir do IR um total de R\$ 24.751,74 extras, que correspondem a 12 parcelas de R\$ 1.903,98 mais o 13º salário. O que passar desse valor total paga Imposto de Renda.

Na prática, é como se esse segurado tivesse direito ao dobro da isenção mensal no IR. Isso porque, conforme a tabela do imposto, só paga o tributo ao fisco quem recebe valores tributáveis a partir de R\$ 1.903,98 por mês. No caso do beneficiário da isenção por idade, há ainda o direito de somar mais R\$ 1.903,98 por mês. Com isso, o IR só é calculado sobre o valor que passar de R\$ 3.807,96 mensais.

Valdir Amorim, coordenador tributário da IOB, afirma que, quando se fala em direito ao dobro de isenção não significa que o aposentado acima de 65 anos pode receber a isenção por idade duas vezes. "Em dobro significa dizer que há a dedução da base de cálculo da tabela mais o limite de isenção do aposentado."

Segundo o especialista, é preciso tomar muito cuidado, pois o erro pode levar à malha fina. A parcela que passar dos R\$ 24.751,74 é tributável e paga imposto.

A parcela isenta de aposentadoria ou pensão deve ser declarada na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", na linha "10 - Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais".

É preciso informar o tipo de beneficiário, se é o titular

da declaração ou o dependente, o CNPJ e o nome da fonte pagadora, o valor total recebido no ano e o 13º. Quem já tinha 65 anos desde janeiro de 2021 declara, em valor, o total de R\$ 22.847,76, mais o 13º de R\$ 1.903,98.

O valor que ultrapassar o total permitido no ano vai em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ". Para não cometer nenhuma falha, Amorim indica seguir as informações que constam no informe de rendimentos do **INSS**.

Outra dica do especialista é fazer a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda, disponível a quem tem conta prata ou ouro no gov.br. No entanto, é preciso conferir se as informações estão corretas. "A responsabilidade em aceitar o que a Receita está no mostrando é sua. Cabe ao declarante tomar a decisão de utilizar aqueles valores ou não", diz Amorim.

Há quem confunda a isenção extra do IR ao aposentado que tem 65 anos com outros benefícios da Receita, como a isenção total do Imposto de Renda para aposentados por doenças graves. Neste caso, apenas as doenças listadas em lei dão esse direito.

Além disso, é preciso declarar todas as outras rendas recebidas. Quem tem bens também precisa informá-los na declaração e quem tiver crédito consignado deve colocar as informações na ficha "Dívidas e Ônus Reais".

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/aposentado-acima-de-65-anos-tem-isencao-no-ir-saiba-como-funciona.shtml>

INSS: concessão de benefício chega a demorar mais de 5 meses

Por Marta Cavallini, g1

O segurado do **INSS** chega a levar mais de 5 meses para obter um benefício.

Em janeiro, o tempo médio de concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi de 94 dias - o maior desde abril de 2021, quando era de 102 dias. No Tocantins, no entanto, esse prazo chegou a 155 dias. Em Sergipe e no Pará, a 143.

LEIA TAMBÉM:

INSS vai atualizar critérios para administrar e revisar aposentadorias, pensões e outros benefícios. Veja o que fazer para não ser prejudicado pela greve dos servidores do INSS. **13º do INSS**: entenda como serão os pagamentos antecipados. Prova de vida do **INSS** tem novas regras; veja tira dúvidas

Os dados são do boletim estatístico da **Previdência Social**, elaborado pela Secretaria de Políticas de **Previdência Social**/Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária. O g1 questionou o **INSS** sobre o prazo e aguarda resposta do instituto.

Veja abaixo a evolução do prazo médio de concessão:

Prazos de análise

Em junho do ano passado, entraram em vigor novos prazos para análise de benefícios, que vai de 30 a 90 dias, dependendo do benefício (leia mais abaixo).

Até então, a lei previa o limite máximo de 45 dias para a análise de todos os benefícios, mas esse período não vinha sendo cumprido pelo instituto.

Pelo gráfico acima, verifica-se que, durante o primeiro ano de pandemia, o **INSS** conseguiu cumprir o prazo máximo de 45 dias em alguns meses. Mas, a partir de dezembro de 2020, o número pulou para quase 100 dias e chegou a 108 em janeiro e 102 em abril de 2021.

Pelos prazos válidos desde o ano passado, no caso da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, o prazo máximo continua sendo de 45 dias. Já para os benefícios assistenciais à pessoa com deficiência e ao

idoso (BPC) e para as demais aposentadorias, o prazo é de 90 dias.

Veja abaixo os prazos de análise de cada benefício e auxílio previdenciário:

Salário-maternidade: 30 dias
Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias
Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho: 45 dias
Pensão por morte: 60 dias
Auxílio-reclusão: 60 dias
Auxílio-acidente: 60 dias
Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC): 90 dias
Benefício assistencial ao idoso (BPC): 90 dias
Aposentadorias, salvo por invalidez: 90 dias

Para os benefícios que necessitam de perícia médica e avaliação social, o prazo é contado a partir da realização dessas etapas. Nesse caso, o prazo para a realização de perícia médica e avaliação social será de 45 dias, podendo chegar a 90 dias para locais de difícil acesso.

Esses prazos, que valem por dois anos, foram acordados entre o **INSS**, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) e foram homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2020.

Espera chega a 155 dias no Tocantins

Apesar de o período máximo de concessão variar de 30 a 90 dias, em 23 estados o tempo médio de concessão de benefícios ficou acima de 90 dias em janeiro.

No caso do Tocantins, o tempo médio foi de 155 dias. E a UF com o tempo médio menor foi o Distrito Federal: 56 dias.

Veja abaixo:

Após o requerimento, caso falte alguma documentação necessária, o **INSS** pode emitir um **comunicado** ao segurado para que apresente os documentos solicitados. Nesse período de cumprimento de exigência, a contagem do período ficará suspensa até o fim do prazo para entrega dos documentos.

Em relação aos valores atrasados, pagos

retroativamente quando o segurado tem o benefício concedido, o beneficiário continua tendo direito a receber os valores correspondentes ao período de espera, a partir da data de entrada do requerimento no **INSS**.

Quase 1,8 milhão de benefícios represados

Em janeiro, havia 1.763.859 de requerimentos de benefícios em análise. Desse total, 1.479.351 aguardavam a primeira avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social e 284.508 já haviam passado pela análise do instituto e necessitavam que o segurado apresentasse documentação para serem concluídos.

Dentro do total de pedidos em análise, o número dos que aguardavam resposta há mais de 45 dias eram bem maiores: 1.328.788. Os demais 435.071 estavam na fila há até 45 dias.

O Nordeste era a região com maior número de requerimentos esperando por análise. Veja abaixo:

Nordeste: 608.048 Sudeste: 588.862 Sul: 251.993 Norte: 173.729 Centro-Oeste: 140.951

Em dezembro de 2021, o total de requerimentos em análise foi de 1.777.043: 1.483.525 aguardando o **INSS** e 293.518 à espera de documentação do segurado.

Já o total de requerimentos de benefícios em análise aguardando perícia médica era de 460.241 em janeiro, sendo 274.851 com até 45 dias de espera e 185.390 acima de 45 dias. Em dezembro de 2021, o número de benefícios aguardando a perícia era de 423.904.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/29/inss-concessao-de-beneficio-chega-a-demorar-mais-de-5-meses.ghtml>

Senado pode votar hoje projeto que obriga aposentado a arcar com perícia do INSS

Julia Lindner

BRASÍLIA - O Senado deve votar nesta terça-feira projeto que determina que as perícias feitas em processos envolvendo benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) devem ser custeadas pela parte derrotada na ação judicial. Antes do término do processo, entretanto, a antecipação do pagamento deverá ficar sob responsabilidade do Executivo, segundo a proposta. A matéria ainda pode passar por alterações.

INSS tem fila recorde: 2,85 milhões à espera de benefício, equivalente à população de Salvador

O ônus pelos encargos relativos ao pagamento dos honorários periciais referentes às perícias médicas judiciais realizadas em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) figure como parte e se discuta a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade laboral ficará a cargo do vencido, determina o projeto.

O ônus da antecipação de pagamento da perícia, na forma do § 5º deste artigo, recairá sobre o Poder Executivo federal, diz outro trecho da proposta que veio da Câmara.

O relator da proposta no Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS), ainda não sabe se vai acatar todas as mudanças feitas pelos deputados. No Senado, a proposta era diferente e obrigava o governo federal a pagar até o fim de 2024 pelas perícias médicas em processos judiciais sobre esses benefícios.

- Toda sugestão para aperfeiçoar o texto sempre é bem-vinda. O mais importante e premente, sem dúvida nenhuma, é resolver esse gargalo para que as perícias judiciais voltem a ser feitas - declarou Trad, ao GLOBO.

Veja calendário: Governo anuncia antecipação do 13º

Na visão de especialistas, determinar a prerrogativa do pagamento antecipado dos honorários para a União, sem que seja preciso esperar o término do processo, vai contribuir para resolver o impasse.

O projeto vale para benefícios assistenciais a pessoas

com deficiência ou por incapacidade laboral, como auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

O texto segue as regras atuais do Código de Processo Civil, que prevê que, para os beneficiários da justiça gratuita, a cobrança fica suspensa se não houver comprovação de que a pessoa tem condições de fazer o pagamento.

Desde setembro de 2021 havia terminado o prazo de vigência de uma outra lei, que atribuía provisoriamente ao Executivo Federal o custeio das perícias. Agora, parlamentares retiraram trecho que mantinha o pagamento com o Poder Executivo.

Também fica estabelecido que o pagamento dos honorários periciais limita-se a 1 (uma) perícia médica por processo judicial, e, excepcionalmente, caso determinado por instâncias superiores do Poder Judiciário, outra perícia poderá ser realizada.

Para o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Eduardo Brandão, as alterações propostas pelos deputados demonstram o compromisso por uma solução definitiva ao problema.

Saque do FGTS: Governo anuncia liberação de R\$ 1 mil; veja como consultar seu saldo

- O Congresso teve a sensibilidade de perceber a importância de darmos uma solução perene para o problema que vem se arrastando nos últimos anos e atender da melhor forma o trabalhador. Além disso, corrigiram um grave problema que era a limitação de uma única perícia por processo - disse Brandão.

O impasse sobre orçamento para as perícias com a vigência do teto de gastos públicos, em 2017. Sem previsão orçamentária para o custeio do serviço, o Poder Judiciário, que até então era o responsável financeiro, não conseguiu cumprir as obrigações, o que levou ao não pagamento de peritos durante todo o ano de 2019.

A presidente da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABMLPM), Ana Carolina Tormes, explica que o impasse sobre quem custeará o serviço pode desestimular peritos a prestarem o serviço, especialmente em cidades interioranas.

- Fizemos um esforço em 2019 para manter o atendimento à população apesar da falta de pagamento. No entanto, a constante incerteza quanto ao pagamento pode acarretar em evasão de peritos, especialmente para atendimento em cidades do interior, em que o custeio do traslado é do próprio profissional - disse.

Conforme mostrou o GLOBO, a espera por uma resposta do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) sobre pedidos de concessão de benefícios faz com que milhões vivam no limbo enquanto a instituição demora a resolver o gargalo da fase de perícias médicas.

O **INSS** tem hoje o maior número de pessoas à espera de uma resposta da sua história. Há, no mínimo, 2,85 milhões de requerimentos em análise, segundo dados inéditos obtidos pelo GLOBO. Trata-se de um contingente comparável à população de Salvador, quarta cidade mais populosa do país.

Deste total, 964,5 mil são pedidos de benefícios por incapacidade, que dependem de perícia médica.

O volume represado é ainda maior porque não estão computados nesses números outras filas, como a do Conselho de Recursos da **Previdência Social**, de revisão e manutenção de benefícios e de certificado de tempo de serviço.

Os dados foram levantados a partir de relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/senado-pode-votar-hoje-projeto-que-obriga-aposentado-arcar-com-pericia-do-inss-25452768>

INSS autoriza bancos a ampliar para 40% margem do consignado de aposentados

Multimídia:

*[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/29/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.40.54-07.42.38-1648552529.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/03/29/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.40.54-07.42.38-1648552529.mp3)*

Talibã impede afegãs de viajarem desacompanhadas

O Talibã endureceu o código de conduta e impôs nos últimos dias uma série de restrições ao comportamento dos cidadãos no Afeganistão, como a proibição de que mulheres viajem sozinhas de avião e de que funcionários públicos trabalhem sem barba e a segregação dos parques por gênero.

O Ministério para a Propagação da Virtude e Prevenção do Vício, responsável por esse tipo de regra, não confirmou publicamente as medidas, mas fontes disseram às agências de notícias AFP e Reuters que elas já estão em vigor.

Nesta segunda-feira (28), representantes do regime fundamentalista estavam patrulhando as entradas dos serviços públicos para verificar se os funcionários estavam usando barba e vestimentas típicas da etnia pashtun -blusa e calças largas e um chapéu ou turbante-, segundo disseram três fontes à Reuters. Eles também foram instruídos a garantir que fizessem suas orações nos horários corretos.

No domingo (27), os parques passaram a ser segregados por sexo, com as mulheres autorizadas a entrar três dias por semana e os homens, nos outros quatro dias, incluindo o fim de semana, o que significa que nem casais e famílias podem frequentar esses locais juntos.

As mulheres, que enfrentam a maior parte das rígidas restrições ditadas pelo grupo, também foram atingidas pelas novas medidas. Depois de fecharem as escolas de ensino médio para as meninas, no mesmo dia em que haviam prometido abri-las, os talibãs ordenaram que as companhias aéreas só permitam que embarquem em seus voos passageiras acompanhadas por parente do sexo masculino.

Os talibãs já haviam proibido as mulheres de viajarem sozinhas por terra, caso o trajeto supere 72quilômetros, mas até agora elas tinham permissão para embarcar em voos.

O grupo fundamentalista prometeu que apresentaria uma versão mais tolerante do rígido código de comportamento que seu regime impôs em seu primeiro período no poder, de 1996 a 2001, mas, desde agosto, reverteu duas décadas de avanços nos direitos das afegãs. Elas foram excluídas da maioria dos cargos públicos e do ensino médio e são

obrigadas a usar roupas de acordo com uma interpretação estrita do Alcorão, o livro sagrado do islamismo.

Dois funcionários das companhias aéreas Ariana Afghan e Kam Air afirmaram na noite deste domingo (27) que os talibãs ordenaram que não permitam às mulheres que viajem sem a presença de um parente do sexo masculino.

A decisão foi adotada após uma reunião na quinta-feira entre representantes do Talibã, das duas companhias aéreas e autoridades migratórias do aeroporto, informaram à AFP os dois funcionários, que pediram anonimato.

O regime afirmou que não divulgou nenhuma diretriz para proibir as viagens de mulheres sozinhas em aviões, mas uma carta enviada por um executivo da Ariana Afghan aos trabalhadores da companhia confirma as novas instruções, que devem ser aplicadas a todos os voos. "Nenhuma mulher pode viajar em um voo local ou internacional sem um parente masculino", afirma o documento.

Dois agentes de viagens procurados pela AFP também confirmaram que pararam de emitir passagens para mulheres que viajam sozinhas.

Um passageiro de um voo da Kam Air que iria de Cabul a Islamabad na sexta-feira também disse que algumas mulheres que viajavam sem um parente do sexo masculino não conseguiram embarcar.

Ainda não está claro se a regra se aplica a mulheres estrangeiras, mas a imprensa local informou que uma afegã com passaporte americano foi impedida de pegar um voo na semana passada.

Os fundamentalistas também parecem ter iniciado uma repressão aos meios de comunicação. Nesta segunda-feira, na província de Kandahar, os serviços de inteligência talibãs executaram operações contra quatro emissoras de rádio que tocam música e prenderam seis jornalistas. No domingo, o grupo ordenou a interrupção dos programas da BBC nas emissoras sócias do grupo britânico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

Para 68%, combustível caro é responsabilidade do governo

Alexa Salomão *brasil*

Para a maioria dos brasileiros, 68%, o governo do Jair Bolsonaro tem responsabilidade pela alta no preço dos combustíveis. A percepção foi identificada por pesquisa do Datafolha, publicada no mesmo dia em que o presidente decidiu trocar o comando da Petrobras.

Para 39%, a gestão bolsonarista tem muita responsabilidade pelo aumento da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Outros 29% consideram que o governo tem ao menos um pouco de responsabilidade. Na avaliação de 30%, o governo não tem responsabilidade.

A pesquisa Datafolha foi realizada na terça (22) e na quarta-feira (23) com 2.556 eleitores em 181 cidades de todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou menos.

O aumento dos combustíveis é uma das maiores preocupações do governo, pois os reajustes, cada vez mais altos, são interpretados como um risco à reeleição do presidente e tem gerado pressão dentro do próprio governo por uma solução para amenizar o preço para o consumidor final.

No Datafolha, quando se avalia a preferência política do entrevistado, a percepção da responsabilidade do governo pelos aumentos dos combustíveis sofre alterações.

Quem declara intenção de votar em Bolsonaro está dividido. Nesse grupo, 54% acreditam que o governo tem responsabilidade, o percentual mais baixo no recorte que considera intenção voto. Nessa fatia, 44% acreditam que a responsabilidade é pouca, e apenas 14% dizem que o governo tem muita responsabilidade.

Em contrapartida, 43% dos que se declaram eleitores de Bolsonaro afirmam que o atual governo não tem nenhuma responsabilidade pelo aumento no preço dos combustíveis -percentual mais alta entre os que isentam o governo.

Quem declara intenção de votar em candidatos da chamada terceira via está no grupo mais crítico ao governo. Entre os que avaliam votar em Ciro Gomes (PDT), 87% acreditam que o governo Bolsonaro tem

responsabilidade pela alta do preço, sendo que 54% dizem que é muita a responsabilidade.

No caso de quem avalia votar em Sérgio Moro (Podemos), 79% afirmam que o atual governo tem muita responsabilidade, com 46% afirmando que é muito responsável.

No que se refere a eleitores que declaram preferência por João Dória (PSDB), 71% dizem que o governo tem responsabilidade, sendo que 41% avaliam como muita.

Entre os que declaram votar no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 71% também acreditam que o governo tem responsabilidade, mas esse grupo vê uma responsabilidade maior do governo: para 51%, a gestão de Bolsonaro tem muita responsabilidade.

Pelo recorte de religião, os católicos acompanham a média, mas a atenção a posição de outros grupos religiosos.

Entre os evangélicos, segmento que tem muitos bolsonaristas, 64% acreditam que o governo tem responsabilidade, contingente abaixo da média. Entre os espíritas, no entanto, 82% declaram que o governo tem responsabilidade, sendo que 61% dizem que é muita.

No recorte por região, o Sul é o mais insatisfeito, com 72% dizendo que o governo tem responsabilidade na alta dos combustíveis. O Nordeste acompanha a média, mas a maioria, 42%, acredita que o governo tem muita responsabilidade.

Há oscilações importantes também quando se avaliam as respostas por ocupação.

Entre assalariados que não têm carteira assinada, 74% dizem que o governo tem responsabilidade no aumento dos combustíveis, com 43% afirmando ser muita. Leitura similar é feita por funcionários públicos: para 73%, o governo tem responsabilidade, sendo que 43% dizem ser muita.

Entre os desempregados que desistiram de procurar emprego, 72% acreditam que o governo tem responsabilidade, sendo que 46% dizem que é muita.

Quem atua de forma mais independente tem uma visão diferente. Entre os empresários, 65% dizem que o governo tem responsabilidade, um percentual abaixo da média. Entre eles, 35% dizem que é um pouco, e 30%, muita. Outros 35% afirmam que o governo não tem responsabilidade.

No caso de autônomos e profissionais liberais, 66% dizem que o governo tem responsabilidade, sendo que 38% afirmam ser muita, e 28%, um pouco. Outros 33% afirmam que o governo não tem responsabilidade.

75% atribuem à gestão Bolsonaro culpa pela inflação

Apesar de o governo ter reforçado o discurso de que a inflação é consequência de crises globais e ações de terceiros, como governadores que impuseram o distanciamento social contra a Covid-19, é grande a parcela de brasileiros que atribuem à gestão de Jair Bolsonaro responsabilidade pela alta de preços.

O descontentamento foi identificado pelo Datafolha. Tanto numa pesquisa realizada em setembro do ano passado quanto no levantamento mais recente, em março, 75% apontam que o governo tem responsabilidade pela inflação.

A comparação das duas pesquisas mostra que caiu o número de brasileiros que atribuem muita responsabilidade ao governo. Essa parcela foi de 41% para 36%. Em contrapartida, aumentou, de 34% para 39%, a fatia que atribui um pouco de responsabilidade. Houve uma ligeira queda, de 23% para 21%, no contingente que não via nenhuma responsabilidade.

Entre eleitores que declaram avaliar votar em candidatos da chamada terceira via, estão os mais críticos ao governo. Segundo o levantamento, 87% dos que declaram intenção de votar em Ciro Gomes (PDT) consideram que o governo tem responsabilidade pela alta da inflação, e 50% dizem que a gestão bolsonarista tem muita responsabilidade.

Entre os que declaram intenção de votar em Sérgio Moro (Podemos), 82% têm a avaliação de que o governo tem responsabilidade, sendo que 42% consideram ele tem muita responsabilidade. No caso de eleitores de André Janones (Avante), 80% dizem que o governo tem responsabilidade, e a metade avalia como um pouco.

Mesmo quem está na base de apoio de Bolsonaro acredita que o governo tem responsabilidade pela inflação, nem que seja um pouco. Essa percepção é compartilhada até por eleitores declarados. O levantamento mostra que 75% deles acreditam que o governo tem responsabilidade pelo descontrole dos preços.

Essa avaliação também é feita por 72% dos evangélicos, 75% dos moradores do Centro-Oeste, região que concentra o agronegócio, e 79% dos moradores do Sul, que votaram em peso para eleger Bolsonaro.

A inflação começou a subir durante a pandemia, mas disparou mesmo no ano passado. Em 2019, por exemplo, o IPCA, que mede a inflação oficial, fechou ano com alta de 4,31%. Em 2020, passou para 4,52%. Mas fechou 2021 acumulando alta de 10,06%.

Uma confluência de fatores críticos eleva os preços. Secas no Sul, chuvas torrenciais no Sudeste, ruptura da cadeia global de fornecimento de peças industriais, aumento do frete marítimo e disputa por contêineres. Recentemente, o cenário piorou com a invasão da Ucrânia pela Rússia e uma escalada de sanções de países ocidentais contra o governo de Vladimir Putin.

Dois itens essenciais estão entre os mais afetados por esse múltiplo desarranjo e encarem mês após mês. De um lado, os alimentos, como o trigo do pãozinho, hortaliças. De outro, a energia, incluindo gasolina, diesel e gás de cozinha. Como ambos são básicos na economia, eles não só puxam o custo de vida para cima como também ajudam a disseminar a inflação por outros setores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49864>

O peso do governo

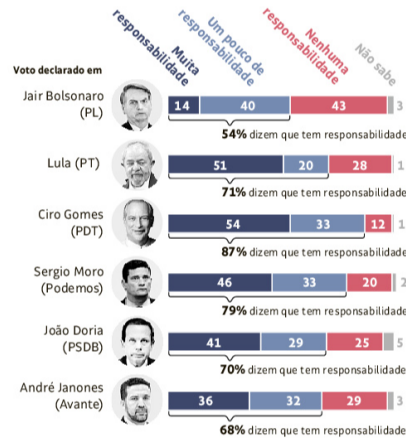
A maior parte considera que o governo tem muita responsabilidade no aumento de preço de gasolina, diesel e gás de cozinha

Grau de responsabilidade do governo do presidente Jair Bolsonaro na alta dos combustíveis, em %

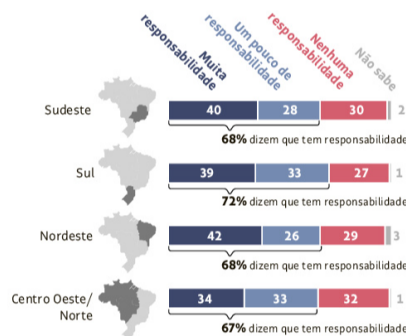


Quem se declara eleitor da terceira via se mostra mais crítico ao governo

Grau de responsabilidade do governo pela alta no preço dos combustíveis, por intenção de voto, em %



A percepção de que o governo tem responsabilidade pela alta do preço dos combustíveis é maior no Sul, no Nordeste a maior parte acredita que o governo tem muita responsabilidade, e no Centro Oeste/Norte, um terço vê pouca



A maioria também considera que o governo tem responsabilidade na alta da inflação

Grau de responsabilidade do governo na alta da inflação, em %



No entanto, cai percentual dos que atribuem ao presidente muita responsabilidade pela inflação



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 22 e 23.mar.2022, com 2.556 brasileiros em 181 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para baixo ou para cima

Ato do PL foi aperitivo do horário eleitoral - ANDREA JUBÉ

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Redução do IPI retira R\$ 6,9 bilhões da saúde e da educação (Artigo)

Barjas Negri

Foi com muito trabalho e articulação de parlamentares, de governantes e da sociedade civil que foi possível conquistar um seguro de proteção ao financiamento da saúde pública, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e da educação.

Por isso, a União é obrigada a aplicar 18% de seus **impostos** com educação e 15% de suas receitas líquidas com saúde. Os estados devem aplicar 25% dos seus **impostos** com educação e mais 12% com saúde. E, finalmente, os municípios repassam 25% e 15%, respectivamente. São chamadas de obrigações legais, que garantem o acesso à educação pública a milhões de crianças e jovens todos os anos -e o SUS mostrou toda a sua força na pandemia, mesmo com seu subfinanciamento.

Agora, o governo federal, por ações do Ministério da Economia, decidiu diminuir as alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 25% para a maioria dos produtos industrializados. Em que pese a intenção da iniciativa em reduzir preços das mercadorias, vai abrir mão de R\$ 19,5 bilhões de **impostos** por ano. Há três lados perversos dessa iniciativa que precisam ser lembrados.

O primeiro é que os recursos do IPI compõem os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação das Exportações e o Fundo de Desenvolvimento Regional -e, acreditem, 59% pertencem aos estados e municípios, que vão ter que reduzir importantes despesas em ações sociais realizadas nos municípios, tão necessárias em tempos de crise econômica e de pandemia.

O segundo refere-se às questões da redução dos desequilíbrios regionais, uma vez que o FPE e o FPM alocam mais recursos nos estados e municípios do Nordeste, sendo a principal fonte de receita das menores cidades em todo Brasil; logo, os que serão os mais afetados.

O terceiro e último aspecto a ser mencionado é que essa diminuição de receita do IPI subtrai R\$ 6,9 bilhões do conjunto das três esferas de governo, que deveriam ser aplicados obrigatoriamente em educação (R\$ 4,1 bilhões) e saúde/SUS (R\$ 2,8 bilhões),

prejudicando e muito as ações de âmbito local, uma vez que grande parte delas (educação básica e SUS) é bastante municipalizada. Na saúde, por exemplo, onde há subfinanciamento de ações, é preciso aportar mais recursos, não subtrair.

Lamentável é a não participação dos ministérios da Saúde e da Educação nessa discussão, que, ao longo dos últimos anos, não deram muita contribuição ao avanço da educação pública e do Sistema Único de Saúde. Essa pouca participação contribuiu para atrapalhar.

É preciso que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), os Conselhos Nacionais de Saúde e de Educação, as entidades de vereadores e os parlamentares comprometidos com essas duas importantes áreas debatam formas de compensação da redução dessas despesas que, por pouco, não foi maior, pois essa era a intenção do Ministério da Economia em promover uma redução de 50% do IPI, não 25%. É imperativo sair em defesa do financiamento de ações sociais, principalmente em momentos delicados como este de pandemia e de baixo crescimento da economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49864&anchor=6452930&pd=58186e780b876268b9670e2bef779998>

Bolsonaro quer colocar comandante do Exército na Defesa

Marianna Holanda, Vinícius Sassine e Ricardo Delia Coletta

O presidente Jair Bolsonaro (PL) quer aproveitar a **reforma ministerial** em abril para tentar ampliar sua influência no comando do Exército em ano eleitoral, quando disputará a reeleição.

Integrantes do governo dizem que uma promoção do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual comandante do Exército, para o cargo de ministro da Defesa serve a dois propósitos: colocar à frente das três Forças um nome que agrade o Exército, que reúne o maior número das tropas, e, principalmente, acomodar à frente da Força terrestre alguém alinhado ao Palácio do Planalto.

É dado como certo que o general Marco Antônio Freire Gomes assumirá o comando do Exército. Hoje, ele é comandante de Operações Terrestres.

O ministro da Defesa, Walter Braga Netto, já se filiou ao PL e deve disputar a campanha ao lado do presidente Jair Bolsonaro (PL), como seu vice.

A troca no comando está prevista para ocorrer ainda neste mês de março. Freire Gomes deve deixar o comando de Operações Terrestres na próxima quarta (30). No dia seguinte, ocorreria a troca de comandante do Exército, conforme os preparativos burocráticos em curso na Força.

Em 31 de março completam-se 58 anos do golpe militar de 1964. A troca de comandante poderá ser efetivada neste dia. Bolsonaro, no começo de seu mandato, determinou a comemoração da data, que foi comemorada em cerimônias nos quartéis.

Apesar da movimentação interna, ainda não há uma confirmação oficial da troca do comando do Exército.

Freire Gomes foi cotado para o posto no ano passado, quando da demissão do ex-ministro Fernando Azevedo da Defesa e dos comandantes das três forças. O presidente enxerga no general alguém mais próximo ao bolsonarismo.

Naquele momento, março de 2021, foi colocada na mesa a questão da tradição por antiguidade, em que assume o posto o mais antigo na carreira. Oliveira

preenchia esse critério, enquanto Freire Gomes ainda não estava nas primeiras posições da fila.

Aliados dizem que Bolsonaro se "encantou" com Freire Gomes durante a viagem à Rússia, em fevereiro. O general acompanhou a comitiva presidencial representando o atual comandante, que não pôde comparecer.

Ainda que o presidente possa acreditar que ampliaria sua influência no Exército indicando Gomes, integrantes da Força disseram que ele é respeitado pelos colegas e não embarcaria em uma "aventura" em ano eleitoral, com contestação do resultado das urnas, por exemplo.

Depois de ter reduzido as críticas às urnas eletrônicas após os atos de raiz golpista do 7 de Setembro, Bolsonaro voltou a questionar o sistema eleitoral nas últimas semanas.

O novo mantra do mandatário é argumentar que as Forças Armadas apresentaram ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) uma série de sugestões para supostamente prevenir o risco de fraude no sistema eleitoral.

"Dá para você fazer umas eleições limpas desde que acolhidas em comum acordo essas sugestões por parte das Forças Armadas. Não podemos disputar umas eleições sob o manto da desconfiança, isso é ruim para o Brasil", declarou Bolsonaro, em entrevista em 21 de março.

Integrantes do Alto Comando do Exército ouvidos pela Folha, sob a condição de anonimato, minimizam o impacto de mais uma possível troca na Força.

Para esses generais, a saída de Edson Leal Pujol no ano passado é tida como mais traumática.

Pujol foi dispensado do cargo de comandante no mesmo contexto da demissão do então ministro da Defesa, Fernando Azevedo. Foi a pior crise militar desde a década de 70.

Bolsonaro fez as mudanças, que incluíram as trocas dos comandantes de Marinha e da Aeronáutica, para ter maior controle das Forças Armadas.

Integrantes do Alto Comando acreditam que um novo comandante -o terceiro em menos de quatro anos- serviria apenas a um mandato tampão.

Os generais avaliam que haverá uma troca em 2023, seja em caso de deslocamento do poder, com eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ou em caso de reeleição de Bolsonaro, que partiria para um segundo mandato disposto a "zerar o jogo", na visão dos militares.

O que integrantes do Alto Comando já ouviram é que Bolsonaro está disposto a colocar um integrante do Exército no posto de ministro da Defesa, e que o ocupante seria o atual comandante.

Da Marinha, há movimentos para que o comandante, almirante Almir Garnier Santos, vire ministro.

Parte do Exército se diz incomodada com uma nova troca no comando da Força. Generais dizem, reservadamente, que a troca "vulgariza" a instituição e demonstra mais uma tentativa de ampliação da politização das tropas por Bolsonaro -ainda que se diga que isso não tem chances de ocorrer.

Durante a viagem à Rússia, o presidente voltou a adotar um tom similar ao de 7 de Setembro para criticar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em entrevista, ele reagiu a uma fala do ministro Edson Fachin em reunião de transição do comando do TSE. Fachin disse que a prioridade da Justiça Eleitoral deve ser a segurança cibernética, e que a Rússia é um exemplo de procedência desses ataques.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49864&anchor=6452930&pd=58186e780b876268b9670e2bef779998>

O preço do patrimonialismo (Editorial)



Frequentemente vem à tona o tema da **reforma política**. Mas o que deve ser reformado?

Uma boa abordagem é avaliar o que no sistema brasileiro é normal e o que é anormal. Pode-se debater os vícios e virtudes do sistema político (presidencialista), da estrutura legislativa (bicameral) ou do sistema eleitoral (de representação proporcional), mas essas engrenagens têm muitos paralelos em outras democracias. O que é absolutamente anormal é o sistema partidário que as opera.

A quantidade de partidos e de recursos alocados para sua sustentação e suas campanhas é aberrantemente maior do que nos outros países. Os dados foram levantados no estudo Quão diferente é o sistema político brasileiro?.

Entre 33 países, o Brasil tem de longe o maior número de partidos efetivos (15, enquanto a média é 4,5); o maior custo por parlamentar (528 vezes a renda média do brasileiro, enquanto a média é 40); e o maior financiamento público dos partidos (US\$ 446 milhões ao ano, enquanto a média é US\$ 65,4 milhões).

O custo do Congresso corresponde a 0,15% do **PIB** - a média é 0,04%. Em 2022, serão R\$ 14,5 bilhões.

Entre os benefícios de cada parlamentar estão gastos mensais de até R\$ 45 mil com alimentação, passagens, aluguel de veículos e divulgação; R\$ 111 mil com equipes de até 25 assessores; até R\$ 135 mil

de reembolsos com saúde; ou R\$ 4,2 mil de auxílio-moradia.

"Os próprios parlamentares definem o Orçamento do Legislativo e também os montantes do fundo eleitoral e partidário", disse ao Estadão o analista político Bruno Carazza. "E como não há nenhum outro Poder para fazer o contrapeso, o que se observa é que esses valores estão crescendo ano após ano. Isso torna a política cada vez mais atraente: há mais dinheiro no sistema político-partidário e com controles cada vez mais frouxos." O maior arcabouço dessas distorções é a fragmentação partidária. A comparação internacional evidencia que, quanto maior o número de partidos, menor o grau de mudanças políticas. A fragmentação impacta o custo da governabilidade, a capacidade dos partidos de impor uma coesão entre seus membros e a distribuição de emendas parlamentares. Em relação aos fundos partidário e eleitoral, é mais negócio para um político compor o alto escalão de um partido pequeno que o baixo escalão de um grande.

Em ano eleitoral, os candidatos à direita denunciarão os abusos da esquerda - e vice-versa - e os populistas, a opressão da elite sobre o povo. Mas há uma forma de abuso que é calculadamente obnubilada nas disputas políticas e independe de espectros ideológicos ou sociais: o da classe política sobre os brasileiros.

Como disse o cientista político Barry Ames: "A tragédia do sistema brasileiro não é que beneficia as elites; o problema é que beneficia primariamente a si mesmo - os políticos e servidores que operam nele".

Qualquer **reforma política** que não enfrente a fragmentação dos partidos e os privilégios dos seus partidários deve ser tomada com desconfiança, como uma cortina de fumaça projetada para camuflar, perpetuar e ampliar seus abusos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria destoa no cenário global e é uma das que menos crescem

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Quais são as 5 moedas mais desvalorizadas do mundo em relação ao dólar?

Gabriel Dias

Mesmo com a guerra e a crise econômica, o dólar operou em queda na última semana. Na segunda-feira (25), a moeda norte-americana estava na casa de R\$ 4,79 na venda.

O dólar norte-americano é utilizado como referência para as operações em todo o mundo e a importância dessa moeda se dá por várias razões. Primeiro, porque os Estados Unidos são uma nação de devedores confiáveis e possuem uma economia forte. Além disso, o dólar é uma moeda estável, que não costuma ter quedas acentuadas e inesperadas.

Mas você sabe quais são as moedas mais desvalorizadas do mundo em relação ao dólar?

Um levantamento feito pela Economatica, que compara moedas de 25 países, mostra que a lira turca é a moeda mais desvalorizada do mundo, seguida das moedas de Argentina e Chile (peso). Já o real brasileiro ocupa a 12ª posição da lista.

A Turquia viu sua moeda despencar em 2021, com o dólar subindo mais de 37% sobre a lira. Atualmente, uma lira está valendo apenas 0,067 dólar americano.

A interferência do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, sobre a política monetária do país é apontada como um dos principais motivos para a crise cambial. A ordem ao banco central turco é de cortar os juros, priorizando o crédito e as exportações, deixando de lado a estabilidade da moeda.

Essa desvalorização da moeda tem feito a população turca sentir no bolso, com a **inflação** do país atingindo seus níveis mais altos.

O peso argentino foi a segunda moeda mais desvalorizada do mundo em 2021, com disparada de mais de 20% do dólar. Hoje um peso argentino está valendo apenas 0,0090 dólar americano.

A crise cambial na Argentina é resultado de uma dívida de US\$ 45 bilhões contraída junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) na gestão do ex-presidente Mauricio Macri. A dívida é, inclusive, superior a todo o volume que a Argentina tem em reservas cambiais, de US\$ 39,2 bilhões.

Ano após ano, o peso chileno tem sofrido uma constante desvalorização. No final de 2021, com a eleição do novo presidente Gabriel Boric, a moeda sofreu sua maior desvalorização desde 2008. Hoje, 1 peso chileno equivale a 0,0013 dólar americano.

Apesar disso, a moeda entrou em 2022 sendo fortalecida. O peso acumula alta de quase 43% frente ao real desde o início do ano passado. Só neste ano, o aumento é de 4,6%.

As incertezas políticas e econômicas na Colômbia, com uma violenta rejeição popular a um pacote de **reforma tributária** e a perda do grau de investimento, fizeram com que o peso colombiano fosse uma das moedas mais desvalorizadas do mundo em 2021.

Atualmente, um peso colombiano é igual a 0,00026 dólar americano.

As consequências da guerra na Ucrânia e as expectativas de aumento das taxas pelo Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano), devido à **inflação**, têm mexido com os mercados asiáticos.

Isso causou uma maior desvalorização do iene japonês perto de seu menor patamar, fato que não acontece desde 1972.

Atualmente, um iene japonês é igual a 0,0081 dólar americano.

Apesar de o Banco do Japão, autoridade monetária do país, argumentar que o iene fraco beneficia a economia do país, o poder de compra das famílias japonesas está caindo e isso pode deixar os bens importados mais caros para os consumidores no país.

O dólar vive um momento de forte volatilidade, em meio a um cenário de preocupações fiscais e políticas. Em 2021, a moeda norte-americana chegou a valer R\$ 5,79 (máxima nominal), mas também bateu R\$ 4,90.

Hoje, 1 real vale 0,21 dólar americano.

Segundo levantamento da Economatica, o Brasil é o país onde, até o momento, o dólar mais perdeu valor em 2022. Desde o início do ano, as perdas acumulam 6,63% em relação à moeda brasileira.

O Brasil começou o ano com inflação elevada e renda das pessoas em forte queda. Especialistas atribuem isso ao mercado de ações e aos juros. Existe um movimento de investidores estrangeiros tirando dinheiro de ações de tecnologia, que sofrem com o cenário de juros em alta nos Estados Unidos, e aplicando em commodities, setor no qual o Brasil se destaca.

Além disso, o Brasil está com o maior juro real do mundo, o que atrai recursos estrangeiros.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/29/quais-sao-as-6-moedas-mais-desvalorizadas-do-mundo-em-relacao-ao-dolar.htm>

Na Petrobras, general sai e economista entra



INGRID SOARES
MICHELLE PORTELA
CRISTIANE NOBERTO

Preocupado com os prejuízos que a alta dos combustíveis pode causar no projeto da reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu, ontem, tirar o general Joaquim Silva e Luna do comando da empresa. Depois de um lento processo de fritura, o militar cederá o cargo ao economista Adriano Pires, atual diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, ex-assessor na Agência Nacional de Petróleo (ANP).

No Palácio do Planalto, não se escondia mais o incômodo causado pela gestão de Luna e o impacto que o último aumento dos combustíveis causaria na **inflação**, ao acelerá-la ? mais um fator de irritação do eleitor, já incomodado com o preço cobrado na bomba. O temor com a duração da invasão russa da Ucrânia deixa esse cenário ainda mais nebuloso.

Luna deixa o comando a poucos dias de completar um ano à frente na Petrobras, para onde foi levado para substituir Roberto Castello Branco ? também pressionado pelo Palácio do Planalto, em 2021, a intervir no preço do diesel devido à possibilidade de os caminhoneiros, categoria fiel a Bolsonaro, cruzarem os

braços. A ideia do presidente era colocar mais um militar em um posto-chave. Ele acreditava que Luna conseguiria trazer a Petras na rédea curta, descolando-a da política de preços do mercado internacional.

O general conseguiu, em parte, cumprir o que pretendia Bolsonaro. Passou a represar os reajustes, porém, o mais recente ? que entrou em vigor em 11 de março ? colocou Luna na alça de mira do presidente, do Centrão e da ala política do governo. De nada adiantou o vice-presidente Hamilton Mourão afirmar que o colega de força "como bom nordestino aguenta a pressão". Como não saía, foi "saído" por Bolsonaro.

Irritação A pressão do presidente sobre Luna vem há vários dias. Num dos momentos de maior irritação, acusou a estatal de cometer um "crime" contra a população ao não ter esperado um dia para realizar o reajuste dos combustíveis ? que classificou de "impagável". Bolsonaro disse, ainda, que a "Petrobras não colabora com nada".

"Por um dia, (a empresa) cometeu esse crime contra a população desse aumento absurdo. Isso não é interferir na Petrobras, na ação governamental. É apenas bom senso. Poderiam esperar", cobrou.

A ofensiva continuou intensa. Para o presidente, a Petrobras "poderia ser privatizada hoje" para "ficar livre do problema". Embora dissesse para seus apoiadores em comícios e na saída do Palácio da Alvorada que não tinha ingerência sobre a gestão da estatal, classificou a companhia de "Petrobras Futebol Clube" ? numa alusão de que pensa apenas nela, sem preocupação com o social.

Ajuda de Lira

Bolsonaro não estava sozinho na pressão sobre Luna e a Petrobras. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), juntou-se no esforço de desestabilizar o general ao endossar as críticas contra a escalada do preço dos combustíveis. A saída de Luna, porém, só deverá ser confirmada depois da Assembleia Geral Ordinária da empresa, em 13 de abril.

Ontem, numa reunião de Bolsonaro com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, e os comandantes das três Forças Armadas, no Palácio do Planalto, o destino de Luna parecia selado. Eles retiraram o apoio ao general devido aos aumentos nos combustíveis e à forma com que o presidente da estatal respondeu

publicamente ao presidente à época do anúncio da alta nos preços ? que considerara imprópria.

Às 16h44, logo após o anúncio da saída de Luna, as ações da Petrobras chegaram à mínima do dia, com 33,81 pontos. Até o fechamento, às 17h15, se recuperou e terminou o dia com 34,08 pontos ? ainda assim o desempenho da empresa foi destaque negativo.

Na direção contrária à do BC



Fernanda Strickland

O mercado projetou, pela 11ª vez seguida, uma piora na **inflação** oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano - subiu de 6,58% para 6,86%. Os dados são do Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, o que deixa claro o descolamento entre o mercado - que é consultado para a elaboração do levantamento - e o que projeta a autoridade monetária. Tal resultado coloca em xeque, também, a proposta do presidente do BC, Roberto Campos Netto, de promover um último aumento na taxa básica de juros na próxima reunião do Copom - agendada para os dias 3 e 4 de maio.

De acordo com a economista Heloise Sanchez, da Equipe de Análise da Terra Investimentos, o levantamento do Focus mostra que, novamente em 2022, o Brasil tem tudo para ficar com a **inflação** fora da meta. Para ela, o cenário se mostra muito incerto.

"Principalmente com a alta recente dos combustíveis, que deve mostrar impactos na **inflação**, assim como toda a questão da guerra entre Rússia e Ucrânia, que também pode impactar esses dados internos", observou.

A mediana das projeções de **inflação** para 2023 subiu de 3,75% para 3,8%, apesar da meta de **inflação** em 3,25%. Bruno Komura, analista da Ouro Preto Investimentos, não acredita que a carestia dará alívio no curto prazo. "Talvez ela desacelere um pouco esse ritmo de subida. Mas, mesmo assim, deve continuar em patamares altos", analisa.

Conforme avalia, "para conseguir conter todos esses fatores que não são persistentes ou estruturais, terá que ter uma **inflação** com um nível mais alto, por um tempo mais curto".

A alta de 0,95% do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - prévia da **inflação** oficial - nos 30 dias encerrados na primeira metade de março, mostrou que as pressões inflacionárias estão mais fortes do que o esperado pelo mercado. Isso fez com que os analistas revissem suas apostas para o índice de preços do mês para além de 1,2%. "Na teoria, a surpresa de curto prazo não deveria contaminar a **inflação** de 2023 e, muito menos, a de 2024", afirmou Komura.

Na semana passada, Roberto Campos Netto foi questionado sobre as razões pelas quais o mercado apostava em uma **inflação** corrente para março maior do que a variação de 1,02% estimada pela autoridade monetária. Afirmou que a pressão de curto prazo se devia a um repasse mais acelerado dos reajustes de combustíveis anunciados pela Petrobras.

Para o presidente do BC, a forte alta no curto prazo tenderia a ser compensada com **inflação** menor mais adiante. Porém, os dados do Focus mostraram que o mercado não fez essa projeção.

6,58% é quanto o mercado projeta para o fechamento do IPCA este ano, conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Queda vertiginosa nas multas

Pandemia infla casos de depressão e ansiedade, diz médica

Rafael Vazquez De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Importação de combustíveis pelo país recua em janeiro

Gabriela Ruddy Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Bolsonaro decide demitir presidente da Petrobras

**Andrea Jubé, Daniel Rittner, Lu Aiko Otta e Rafael
Bitencourt De Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Taxa de investimento ensaia recuperação tímida e incerta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187177